



Foto: Acervo do Exército Brasileiro e do Ministério da Cidadania. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes-1/esporte> - "Rio 2016 - A preparação, a realização e o legado" e em: <https://www.defesanet.com.br/eventos/noticia/34085/Mundial-de-Tiro-no-Rio-de-Janeiro-prepara-atletas-para-Jogos-Mundiais-Militares-2019-e-Toquio-2020/>

Original – Notas de Pesquisa

Original – Research Notes

Os grandes eventos esportivos no Brasil e o desafio da gestão do legado sob jurisdição do Exército Brasileiro: um estudo exploratório

Major Sporting Events in Brazil and The Legacy Management Challenge for Brazilian Army: An Exploratory Study

Mauro G. Secco

Mauro Guaraldo Secco^{§1} MSc

Revista de Educação Física / Journal of Physical Education (2021) 90, 4, 299-311



Original – Notas de Pesquisa

Original – Research Notes

Os grandes eventos esportivos no Brasil e o desafio da gestão do legado sob jurisdição do Exército Brasileiro: um estudo exploratório

Major Sporting Events in Brazil and The Legacy Management Challenge for Brazilian Army: An Exploratory Study

Mauro Benedito Guaraldo Secco^{§1} MSc

Recebido em: 10 de novembro de 2021. Aceito em: 14 de dezembro de 2021.

Publicado online em: 20 de dezembro de 2021.

DOI: 10.37310/ref.v90i4.2811

Resumo

Introdução: No século XXI, grandes eventos esportivos foram trazidos para o Brasil e para garantir sua realização, sendo o de maior nível competitivo – os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, que deixaram um grande legado esportivo, em termos de instalações para esporte de alto rendimento em diversas modalidades, a ser administrado pelas instituições responsáveis e detentoras do patrimônio.

Objetivo: Identificar a motivação e qual o retorno esperado do envolvimento das Forças Armadas nos grandes eventos esportivos que tiveram lugar entre 2011 e 2016, particularmente o EB e apresentar as ações para o gerenciamento do legado desses eventos e apresentar dados de gestão registrados dos anos 2017 até 2021.

Métodos: Examinou-se documentos administrativos e relatórios das instalações permanentes do legado esportivo do EB. A estratégia de investigação utilizou a técnica de métodos mistos, com pesquisa bibliográfica, documental, *ex-post-facto*, coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos no mesmo estudo.

Resultados e Discussão: Foram examinados fatos históricos, relatórios e dados sobre a utilização das instalações do legado dos grandes eventos esportivos em área do Exército Brasileiro. A média da taxa de ocupação das instalações foi de 75%. Considerada elevada.

Conclusão: As instalações do legado gerenciadas pelo Exército apresentaram um elevado grau de qualidade e eficiência em sua gestão, com uma variada gama de atividades desenvolvidas e demonstram sua vocação para a excelência esportiva, com um potencial de crescimento e ampliação do alto rendimento até a iniciação esportiva e dos projetos sociais.

Palavras-chave: gestão esportiva, Exército Brasileiro, esporte de alto rendimento, Jogos Olímpicos, Jogos Paralímpicos.

Pontos Chave

- As Forças Armadas integraram o conjunto de instituições que compuseram o consórcio público denominado Autoridade Pública Olímpica.

- O estabelecimento de instalações esportivas para eventos do mais alto nível mundial resultou em um legado tangível a ser administrado de forma a promover o legado intangível.

- A média da taxa de ocupação das instalações geridas pelo Exército Brasileiro foi de 75%. Considerada elevada.

[§]Autor correspondente: Mauro Benedito Guaraldo Secco – e-mail: rio2011@gmail.com

Afiliações: ¹Associação dos Ex-Alunos e Amigos da Escola de Educação Física do Exército (AsEFEx).

Abstract

Introduction: In the 21st century, major sporting events were brought to Brazil and to ensure their realization, being the most competitive - the 2016 Olympic and Paralympic Games, which left a great sporting legacy in terms of facilities for high-end sport income in various modalities, to be managed by the responsible institutions and holders of the equity.

Objective: Identify the motivation and the expected return of the Armed Forces involvement in the major sporting events that took place between 2011 and 2016, particularly the EB, and present the actions for managing the legacy of these events and present management data recorded for the years 2017 until 2021.

Methods: Administrative documents and reports from the permanent installations of the EB sporting legacy were examined. The research strategy used the mixed methods technique, with bibliographical, documental, ex-post facto research, collection, and analysis of quantitative and qualitative data in the same study.

Results and Discussion: Historical facts, reports, and data on the use of legacy facilities of major sporting events in the Brazilian Army area were examined. The average occupancy rate of the facilities was 75%. Considered high.

Conclusion: The legacy facilities managed by the Army showed a high degree of quality and efficiency in their management, with a wide range of activities developed and demonstrate their vocation for sporting excellence, with a potential for growth and expansion of high performance until initiation sports and social projects.

Keywords: sports management, Brazilian Army, high performance sport, Olympic Games, Paralympic Games.

Key Points

- The Armed Forces integrated the set of institutions that made up the public consortium called Public Olympic Authority.
- The establishment of world-class sporting venues for events resulted in a tangible legacy to be managed in a way that promotes the intangible legacy.
- The average use rate of facilities managed by the Brazilian Army was 75%. Considered high.

Os grandes eventos esportivos no Brasil e o desafio da gestão do legado sob jurisdição do Exército Brasileiro: um estudo exploratório

Introdução

No século XXI, grandes eventos esportivos foram trazidos para o Brasil e para garantir sua realização, o Governo Federal contou com a participação das Forças Armadas, no contexto das Relações Internacionais, Segurança e Defesa Nacional. O Ministério da Defesa contribuiu significativamente para o êxito dos grandes eventos realizados no país, fornecendo uma gama de ações de apoio geral, especialmente na área de segurança, integralmente na vertente Defesa e em cooperação nas vertentes Segurança e Inteligência, às autoridades civis e organizadores, incluindo recursos especializados que apenas os militares podem fornecer(1). Esse fator de garantia

governamental foi criteriosamente avaliado pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), durante o processo de candidatura da cidade do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos de 2016(2).

Em virtude da grandeza e complexidade das operações, no conjunto de esforços, com o envolvimento das Forças Armadas, dentro de um contexto em que as instituições funcionam normalmente, os eventos de grande magnitude representam um grande desafio em termos de segurança, exigindo recursos que estão disponíveis nas Forças Armadas. Por esta razão, as forças militares têm sido usadas de forma recorrente no mundo, para garantir um ambiente seguro e pacífico, pois, sem eles, seria impossível realizar qualquer importante evento sob os auspícios do Estado(3). Nesse

contexto, exigiu-se um esforço conjunto de planejamento, tanto no âmbito do Ministério de Defesa como das Forças Singulares antes, durante e após cada evento. Dentre esses eventos, destacam-se os de maior nível competitivo – os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, que deixaram um grande legado esportivo, em termos de instalações adequadas ao esporte de alto rendimento em diversas modalidades, para ser administrado pelas instituições responsáveis e detentoras daquele patrimônio. Tal gestão compartilhada, que tem como objetivo principal promover a prática esportiva visando os respectivos benefícios à sociedade, representa um desafio significativo no universo da administração pública, particularmente para o Exército Brasileiro (EB).

Os recursos necessários para a manutenção do legado esportivo advêm do Governo Federal, o que requer um planejamento extra-orçamentário específico, detalhado e muito bem justificado, a fim de desonerar a Força e de proporcionar a continuidade de sua manutenção e utilização pela sociedade. Tais ações devem ser realizadas, sem descurar do controle do patrimônio da União jurisdicionado e da sua execução financeira, cuja destinação é de uso dual, direcionada, prioritariamente, para o alto rendimento esportivo, à disposição da comunidade esportiva civil e militar, e da sociedade em geral, para demais projetos sociais e culturais. O impacto dos grandes eventos esportivos nas Forças Armadas, particularmente no Exército, foi analisado a partir do levantamento das informações contidas no Plano Plurianual (PPA), instrumento de planejamento do Governo Federal que define diretrizes, objetivos e metas, para viabilizar a implementação e a gestão de políticas públicas. Na vigência do PPA 2012-2015, Lei 12.593 de 18/01/2012(4), o Governo destinou o Plano Mais Brasil contendo as Ações Orçamentárias: 14SY – Apoio à Realização de Grandes Eventos; 7U23 – Implantação do Plano Nacional de Segurança Pública para a realização de Grandes Eventos; e 20D8 – Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016(5). Assim, foi possível identificar os recursos

disponibilizados para o emprego das Forças e os reflexos da aquisição e manutenção do legado, pelo EB(5).

Para se analisar a pertinência e a continuidade do processo de gestão em tela, deve-se utilizar teorias e princípios gerais da administração, bem como considerar as características específicas da administração pública brasileira, com foco na administração militar, processos, normas, ordenamento jurídico e órgãos de controle. No âmbito do EB, esse conjunto de elementos devem integrar a análise dos objetivos, planos e projetos, estudos de viabilidade, motivações e consequências do envolvimento da Força nos grandes eventos e a aquisição do legado, constituindo um conhecimento necessário para o processo decisório de manutenção ou não do legado, considerando custos e benefícios auferidos para a Força. Além disso, deve ser realizada uma análise de riscos, em virtude de eventuais mudanças no cenário político e econômico nacionais, a fim de se identificarem os impactos da continuidade das atividades desenvolvidas e os possíveis reflexos para a imagem da Instituição e do País, face ao compromisso, assumido pela Força, de cooperar com o desenvolvimento do esporte nacional.

O objetivo do presente estudo foi identificar a motivação e qual o retorno esperado do envolvimento das Forças Armadas nos grandes eventos esportivos que tiveram lugar entre 2011 e 2016, particularmente o EB. Adicionalmente, buscou-se apresentar as ações preconizadas para o gerenciamento do legado desses eventos e apresentar dados de gestão registrados dos anos 2017 até 2021.

Métodos

Desenho de estudo

O presente estudo examinou documentos administrativos e relatórios das instalações permanentes do legado esportivo do EB, no Complexo Esportivo de Deodoro, composto pelo Centro Militar de Tiro Esportivo, a Arena Cel Wenceslau Malta (ginásio poliesportivo), o Centro de Hóquei, o Centro de Pentatlo Moderno e o Parque Equestre Gen Eloy Menezes. A estratégia de investigação utilizou a técnica de métodos mistos, com pesquisa

bibliográfica, documental, *ex-post-facto*, coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos no mesmo estudo(6). Desde a ocupação pós-jogos RIO2016 e o início da gestão, até o presente, o Exército elabora relatórios mensais de utilização das arenas a seu cargo.

Com base na pesquisa documental qualitativa, buscou-se interpretar o objeto em termos do seu significado, relativamente aos conceitos e fundamentos teóricos.

Análise estatística

Foram apresentados os dados brutos da utilização dos espaços que compõem o legado tangível gerido pelo EB bem como foi calculada a taxa anual de cada área.

Resultados e Discussão

As Forças Armadas e os Grandes Eventos Esportivos

Na realização de grandes eventos esportivos é necessária a participação das mais altas esferas governamentais e da administração pública, da iniciativa privada e da população em geral. Isto porque a qualidade das entregas para o sucesso de tais megaeventos exigem um complexo e acurado planejamento, que conte com uma equipe qualificada de pessoas em quantidade bastante expressiva. As Forças Armadas, possuem recursos humanos qualificados, em diversas áreas do conhecimento, e capacidade operacional para pronta resposta a eventuais ameaças à segurança e defesa nacionais. Por esses motivos, sua participação é considerada, praticamente, imprescindível em grandes eventos esportivos.

No Brasil, com o sucesso da empreitada do Comitê Olímpico do Brasil para sediar os Jogos Olímpicos (JO) de 2016, foi dado prosseguimento a ações almejadas e planejadas, que foram progressivamente implementadas na preparação do evento. No planejamento, estavam previstas realizações de eventos esportivos das diversas modalidades olímpicas a nível regional, anteriormente aos JO.

Na mesma época, a Confederação Brasileira de Futebol concorreu e venceu para a realização da Copa do Mundo da Federation Internationale de Football Association (FIFA)

e o Departamento do Desporto Militar (DDM) junto com a Comissão Desportiva Militar do Brasil (CDMB), órgãos integrantes do Ministério da Defesa, encontraram um cenário favorável para, também, pleitear ao Brasil candidatar-se a organizar a 5ª edição dos Jogos Mundiais Militares (JMM), em 2011) no Rio de Janeiro.

A estrutura esportiva para a realização dos JMM já existia, assim, não haveria a necessidade de grandes investimentos em instalações esportivas, isto porque os Jogos Panamericanos de 2007 deixaram um importante legado em área militar. Sendo assim, o legado existente à época contribuiu para a conquista daquele objetivo, com a proposta inédita e desafiadora de oferecer nível olímpico aos participantes, no âmbito do Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM). À época, o CISM buscava ampliar e promover o crescimento dos jogos – que contavam com quatro edições anteriores (1995, 1999, 2003 e 2007), sempre antecedendo as Olimpíadas de Verão, do COI. As Forças Armadas Brasileiras organizaram os 5º JMM com a preocupação de ter um legado abrangendo diversas áreas, com projetos social, esportivo e econômico(7).

O Comitê Olímpico Internacional define que

“O legado olímpico é fruto de uma visão. Isto engloba todos os benefícios tangíveis e intangíveis de longo prazo iniciados ou acelerados pela hospedagem dos Jogos Olímpicos / eventos esportivos para pessoas, cidades / territórios e o Movimento Olímpico.” [Tradução nossa](8).

Aspectos históricos da participação das Forças Armadas: dos Jogos Mundiais Militares (JMM) de 2011 aos Jogos Olímpicos (JO) de 2016

A Diretriz do Comandante do EB(9), estabelecida em 2019, apresentou como primeira premissa: “Fortalecimento da imagem do Exército como instituição de Estado, coesa e integrada à sociedade” e, no item 17, determinou:

“Prosseguir, de forma judiciosa e eficiente, no gerenciamento do legado

dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 do legado dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 e da Intervenção Federal do Rio de Janeiro confiada à administração do EB”(9).

Nesse contexto, os referenciais teóricos para estudo do tema baseiam-se nos conceitos de impacto de ações prioritárias, como segurança e defesa, legado e gestão eficiente, apoiados na orientação do Comando da Força, que se reflete em todos os órgãos subordinados.

Considerando-se como um processo de envolvimento em escala crescente das Forças Armadas, relacionado ao grau de dificuldade, quando solicitadas, desde os VII Jogos Sulamericanos de 2002, sediados em quatro capitais brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Belém), e o início do período objeto de estudo: de 2007, até os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, observa-se que foram elaboradas políticas públicas voltadas para o esporte de alto rendimento, com envolvimento governamental gradativo na realização dos grandes eventos, em virtude de aspectos econômicos e de análise quanto à promoção de benefícios esperados para a sociedade.

Face à inevitável exposição do País relacionada à realização de um evento em escala mundial, as garantias governamentais surgem como fator decisivo para o sucesso da candidatura(10). Nas análises de riscos e os estudos de viabilidade elaborados para tais grandes eventos, focalizando a segurança pública e a defesa nacional, ficaram fortemente evidenciadas, em virtude do histórico de crescimento da violência, do terrorismo, da criminalidade urbana e do tráfico de drogas no Brasil.

No âmbito do Ministério da Justiça, foi criada, pelo Decreto nº 7.538, de 1º de agosto de 2011, a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE), com a finalidade de planejar e coordenar a segurança dos grandes eventos sediados no Brasil. Inicialmente, a SESGE encerraria suas atividades em julho de 2015, após a Copa FIFA 2014, mas prosseguiu até os Jogos Olímpicos de 2016. A questão da integração entre as instituições de segurança pública foi

evidenciada, pois, coube à SESGE promover a integração e articulação entre os órgãos de segurança pública federais, estaduais, distritais e municipais (Vasconcelos, 2018, p. 17). Em um contexto interorganizacional do setor público, a coordenação é considerada como:

“(...) instrumentos e mecanismos que visam aumentar o alinhamento voluntário ou forçado de tarefas e esforços de organizações dentro do setor público. Estes mecanismos são utilizados para criar uma maior coerência e reduzir a redundância, as lacunas e as contradições dentro e entre as políticas, a implementação ou a gestão” [Tradução nossa](11).

No contexto da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo da FIFA 2014, coube ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas / Ministério da Defesa (EMCFA/MD) atuar na coordenação das ações de Defesa em apoio à matriz de segurança, empregando as Forças Armadas, de acordo com as suas atribuições constitucionais e respeitados os limites impostos pela legislação vigente. O Plano Estratégico de Segurança e Defesa para Copa do Mundo FIFA 2014(12) foi elaborado pela SESGE, em conjunto com o Ministério da Defesa. Nele foram definidos os macro objetivos e as diretrizes gerais de atuação dos órgãos envolvidos, bem como foram estabelecidas as áreas de interesse operacional e o diagnóstico das principais situações de risco para a segurança da competição(13). Esta participação foi ampliada nos Jogos Olímpicos de 2016, assumindo um protagonismo relevante na operação interagências.

A Lei nº 12.396/2011(14), que ratificou o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, constituiu o consórcio público denominado Autoridade Pública Olímpica (APO), estabelecendo como objetivo da Autarquia coordenar a participação da União, do Estado e do Município do Rio de Janeiro na preparação e na realização dos JO e dos Jogos Paralímpicos de 2016. Essa Lei foi publicada especificamente com a finalidade de buscar assegurar o cumprimento das obrigações

assumidas pelos integrantes do APO perante o COI além de planejar o uso do legado dos Jogos, com proposição de soluções sustentáveis sob os aspectos econômico, social e ambiental(14). Entretanto, observou-se que os denominados Plano de Legado (PL) e Plano de Uso do Legado (PUL) somente foram divulgados após o evento. Nesses planos, constavam ações genéricas relativas à gestão das instalações em área militar sob a jurisdição do EB, particularmente no Parque Olímpico de Deodoro. Independentemente dessa situação, o Estado-Maior do Exército (EME) coordenou e apresentou, antes do início dos Jogos, o Plano de Gestão do Legado Olímpico, descrito na Portaria nº 233-EME/2016(15), no qual conceituou e delimitou o legado dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos nos seguintes termos:

“O Legado dos JO 2016 constituir-se-á nos impactos resultantes da cooperação na cessão de áreas, instalações e pessoal e da participação nas ações de Segurança e Defesa, dividindo-se em:

- tangível – instalações e obras de arte construídas, reformadas ou adequadas; produtos de defesa (PRODE) adquiridos; bens móveis provenientes dos jogos e acrescidos ao patrimônio; outros bens recebidos em contrapartida; e

- intangível – conhecimento e aprimoramento adquiridos por militares e servidores civis, na participação como atletas, técnicos, gerentes e planejadores nas competições, no planejamento, na gestão e na participação da Força Terrestre na realização de atividades funcionais dos Jogos; aumento da autoestima da família militar, decorrente das melhorias viárias e de infraestrutura em áreas militares particularmente na região da Vila Militar, em Deodoro”(15).

Essa abrangência, conceitualmente, ratifica o objetivo do presente estudo, pois associa a participação do EB em cooperação aos Jogos

Olímpicos, aos impactos resultantes, sob a forma de legado tangível e intangível. No caso do legado tangível, as instalações esportivas, que estão sujeitas à administração militar e caracterizam o foco do estudo. O modelo de gestão adotado pós-jogos desencadeou um processo de adaptação à nova situação administrativa, pois ficou intrinsecamente vinculado ao planejamento extraorçamentário, dependente do repasse tempestivo e anual de recursos do Ministério do Esporte, enquanto interveniente das obras, para o custeio e manutenção das instalações, calcados em acordos de cooperação previamente estabelecidos com o devido amparo legal e jurídico(16).

Esse modelo de administração assemelha-se ao de governança pública, ainda que possa estar na transição do modelo burocrático de Max Weber (1864-1920)(17) que, segundo Secchi et al.(18) tenham surgido alternativas para modernizar a gestão pública, como a Administração Pública Gerencial (AGP) e o Governo Empreendedor (GE). Tais modelos organizacionais incorporam prescrições para a melhora da efetividade da gestão das organizações públicas. Como paradigma, nesse contexto, o movimento da Governança Pública (GP) surge como um modelo relacional porque oferece uma abordagem diferenciada de conexão entre o sistema governamental e o ambiente que circunda o governo(18). De acordo com estes conceitos, é possível associar, nesse estudo, as ações administrativas diferenciadas do modelo tradicional, para a gestão do legado em área militar, conforme a sua destinação pré-estabelecida e aceita pela Força.

Segundo Schmitt et al.(19), organizações militares apresentam peculiaridades inerentes às organizações públicas e, sobretudo, da natureza da atividade principal, onde a administração é marcada por princípios constitucionais da Administração Pública e pela busca do interesse público, conjugados com regimentos e legislação próprios, que as distinguem das organizações civis.

As atividades fim e subsidiárias, por suas características, alteram práticas, processos e parâmetros para medição da efetividade. Aliada à gestão interna está a busca pela aproximação entre civis e militares, item

relevante na Estratégia Nacional de Defesa. Essa prática revela elementos como comunicação, multiculturalismo e a prestação de serviços à sociedade, como destaca a Estratégia de Defesa 14 (ED-14) - Emprego da Comunicação Social:

“Trata das ações com vistas à interação do Setor de Defesa com a sociedade, possibilitando aos cidadãos brasileiros tomar conhecimento das atividades desempenhadas pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas, promovendo uma imagem fidedigna, real e legítima dessas organizações”(19).

Os exemplos das experiências internacionais de países e cidades que sediaram grandes eventos esportivos e encontraram uma solução planejada para a gestão do legado, ainda que, na prática, os resultados possam ser diferentes, mantém aberta a discussão da pertinência ou não de sua existência, facilmente identificável na literatura. No Brasil, o emprego das Forças Armadas gerou diretamente um legado, especialmente para o Exército, como uma relação intrínseca entre motivação e objeto, com o resultado associado diretamente à atividade principal, representado fisicamente em um ganho patrimonial, que impôs a necessidade ser de bem administrado, como uma ação decorrente, para cumprir sua finalidade.

Há mais de 100 anos, o Exército atua, tradicionalmente, em apoio ao desenvolvimento esportivo nacional, com diversos exemplos bem sucedidos, ao longo da história, cuja experiência acumulada ao longo do tempo permite afirmar que os conceitos de Operacionalidade, Preparo e Emprego da Força são plenamente adequados às atividades subsidiárias, como demandaram os grandes eventos, bem como a adequabilidade dos programas de excelência gerencial à situação de gestão do legado recebido, integrado à sociedade, em alinhamento com a sua missão(19):

“Contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem,

salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. - Para isso, preparar a Força Terrestre, mantendo-a em permanente estado de prontidão”(19).

Dados da gestão do legado esportivo sob a jurisdição do Exército Brasileiro (EB) de 2017 a 2021

A ocupação das instalações apresentou, de 2017 a 2021, uma taxa anual de 74,9% de eventos realizados e 78,9% de dias utilizados, consideradas as peculiaridades das modalidades esportivas de cada uma e disponibilidade material, além das imposições relativas ao atual cenário de pandemia e limitações impostas pelas autoridades sanitárias, relativas à presença de público e número de participantes. A Tabela 1 consolida os dados gerais de ocupação por instalação.

A Tabela 2 apresenta o calendário de eventos da Arena Cel Wenceslau Malta, no ano de 2022.

A análise dos dados de administração do legado do EB revelou uma taxa média de ocupação de 75%, com a participação de cerca de 6.000 pessoas e 90 entidades, ao longo de cinco anos, considerada como uma taxa levada de utilização das instalações. Considerando-se as peculiaridades de cada arena e sua vocação específica, o Centro Militar de Tiro Esportivo, apoiado pela Confederação Brasileira da modalidade, é a sede das equipes brasileiras civis e militares, além de sediar regularmente diversos eventos nacionais e internacionais. A Arena Cel Wenceslau Malta, por ser um poliesportivo, possui uma agenda repleta de atividades e eventos, com ocupação anual plena e, também, atende ao Programa Forças no Esporte e Projeto João do Pulo. Os Centros de Hóquei e de Pentatlo Moderno atendem plenamente às necessidades e programas das Confederações, Federações e equipes militares, com uma taxa de ocupação de 73% ao ano, consideradas as características das modalidades. O Parque Equestre Gen Eloy Menezes é compartilhado por duas organizações militares e atende plenamente à formação de novos especialistas em hipismo, bem como aos treinamentos e competições de nível internacional. A taxa anual de ocupação

Tabela 1 – Dados de utilização das arenas do legado a cargo do EB

INSTALAÇÃO	ANO	EVENTOS POR ANO	DIAS UTILIZADOS	MÉDIA DE ATLETAS / PÚBLICO
Arena Cel Wenceslau Malta ^a	2017	14	20	620
	2018	23	34	670
	2019	52	94	830
	2020	09	13	371
	2021	19	38	500
Centro Militar de Tiro Esportivo	2017	57	150	70
	2018	41	110	50
	2019	59	160	70
	2020	22	52	80
	2021	44	113	50
Centro de Treinamento de Hóquei sobre Grama ^b	2017	10	20	100
	2018	05	10	100
	2019	04	08	2.600
	2020	07	14	70
	2021	20	44	100
Centro de Treinamento de Pentatlo Moderno	2017	24	200	100
	2018	27	206	100
	2019	20	140	100
	2020	00	00	00
	2021	00	00	00
Total	5	457	1.426	6.581
Média	-	91,4 (74,9%)	285,2 (78,2%)	1316,2

^aArena Cel Wenceslau Malta (ginásio poliespor(tivo)); ^bEventos Escolares
Em destaque, os anos de restrições sanitárias.

Fonte: Destacamento Desportivo da Vila Militar, 2021.

Tabela 2 – Calendário de eventos da Arena Cel Wenceslau Malta, no ano de 2022

DATA	ATIVIDADE	PERMISSIONÁRIO	HORÁRIO	ENTRADA
16 Jan	Campeonato de Jiu-Jitsu	Academia de Jiu-Jitsu Aliados	08 as 19h	Franca
29 e 30 Jan	Rio Summer International Open Jiu-Jitsu	CBJJ	08 as 19h	Franca
05 e 06 Fev	Campeonato Sul-americano	CBJJO	08 as 20h	Franca
12 e 13 Fev	Copa Sul América de Verão	SJJSF	08 as 20h	Franca
19 e 20 Fev	Campeonato Aberto	FJJRio	08 as 19h	Franca
07 a 13 Mar	Pan-americano U20 e U17	CBE	08 as 19h	Franca
19 e 20 Mar	Troféu Brasil 2022/Brasileiro Master CBJJD	FJJD Rio	08 as 20h	Franca
26 e 27 Mar	Pan-americano	SJJSF	08 as 20h	Franca
02 e 03 Abr	Rio Fall International Open Jiu-Jitsu	CBJJ	08 as 19h	Franca
09 e 10 Abr	Campeonato Hélio Gracie	FJJRio	08 as 19h	Franca
16 e 17 Abr	Campeonato Estadual de Jiu-Jitsu	CBJJO	08 as 20h	Franca
30 Abr	Copa Elite	Grupo Elite	08 as 14h	Convite
07 Mai	Copa Elite	Grupo Elite	08 as 14h	Convite
14 e 15 Mai	Sul-Americano de Crianças	CBJJ	08 as 19h	Franca
21 e 22 Mai	Campeonato Brasileiro de Jiu-Jitsu	CBJJO	08 as 20h	Franca
28 e 29 Mai	Campeonato Sul-americano	SJJSF	08 as 20h	Franca

DATA	ATIVIDADE	PERMISSIONÁRIO	HORÁRIO	ENTRADA
11 e 12 Jun	Mundial No-Gi de Jiu-Jitsu	CBJJO	08 as 20h	Franca
18 e 19 Jun	Campeonato Estadual	FJJRio	08 as 19h	Franca
25 e 26 Jun	Master International South America de Jiu-Jitsu	CBJJ	08 as 19h	Franca
02 e 03 Jul	Copa Sul América de Inverno	SJJSF	08 as 20h	Franca
06 a 12 Jul	Congresso dos Jovens	Assembleia de Deus	07 as 22h	Franca
16 e 17 Jul	Mundial de Jiu-Jitsu	CBJJO	08 as 20h	Franca
23 e 24 Jul	World Championship of Martial Arts	CBLAM	08 as 20h	Franca
30 e 31 Jul	Encontro de Jovens	ARS	07 as 22h	Convite
06 e 07 Ago	Campeonato Carioca	FJJRio	08 as 19h	Franca
20 e 21 Ago	Campeonato Brasileiro de Jiu-Jitsu sem Kimono	CBJJ	08 as 19h	Franca
27 e 28 Ago	Brasil Open	SJJSF	08 as 20h	Franca
03 Set	Campeonato Brasileiro de Jiu-Jitsu por Equipes	CBJJ	08 as 19h	Franca
09 a 11 Set	Celebração ARS	ARS	08 as 19h	Franca
17 e 18 Set	Pan-americano Jiu-Jitsu	CBJJO	08 as 20h	Franca
24 e 25 Set	Rio Challenge	SJJSF	08 as 20h	Franca
01 e 02 Out	Campeonato Sul-americano sem Kimono	CBJJ	08 as 19h	Franca
08 e 09 Out	Campeonato Mundial - Jiu-Jitsu Desportivo	FJJ Rio	08 as 20h	Franca
22 e 23 Out	Campeonato Brasileiro No-Gi de Jiu-Jitsu	CBJJO	08 as 20h	Franca
29 e 30 Out	Copa Sul América do Atlântico	SJJSF	08 as 20h	Franca
05 e 06 Nov	Rio BJJ Pro	CBJJ	08 as 19h	Franca
09 a 15 Nov	Congresso CIBE	Assembleia de Deus	07 as 22h	Franca
19 e 20 Nov	Copa Sul América de Equipes	SJJSF	08 as 20h	Franca
26 e 27 Nov	World Cup de Jiu-Jitsu	CBJJO	08 as 20h	Franca
TOTAL: 39 EVENTOS AGENDADOS (Média Mensal: 3,25 eventos/mês)				

reflete a possibilidade de ampliação do seu escopo, com ações de gestão e parcerias externas, considerando-se os elevados custos da modalidade.

A ocupação das instalações do legado olímpico, a cargo do Exército, tem grande significância em relação aos objetivos propostos pela Força Terrestre de apoiar o desenvolvimento do esporte nacional, com um modelo de gestão eficiente, baseado em instrumentos de parceria e Termos de Autorização de Uso, de acordo com a legislação vigente. A taxa de ocupação e a

média de eventos realizados, predominantemente de natureza civil (Tabelas 1 e 2) e com entrada franca, refletem a capacidade e o potencial de utilização, com reflexos diretos na imagem da Força perante a sociedade, por sua expressiva contribuição às entidades esportivas e à sociedade em geral. Os recursos para a manutenção das instalações, recebidos do Governo Federal, são necessários e permitem a eficiência e plena disponibilidade para as atividades a que se destinam, mantendo o foco na sua finalidade. A criação do Destacamento Desportivo da Vila Militar

possibilitou o emprego de uma força de trabalho diretamente dedicada à gestão do legado e do controle patrimonial, permitindo a continuidade da ocupação ao longo do tempo. Os dados levantados no estudo corroboram o potencial e a capacidade disponível para a realização de eventos esportivos e de inclusão social através do desporto, em instalações de nível olímpico, alinhados com as diretrizes do desporto nacional.

Pontos fortes e limitações do estudo

Um dos pontos fortes do estudo foi apresentar levantamentos históricos do contexto dos grandes eventos esportivos que tiveram lugar no Brasil e reunir dados de utilização das instalações que compõem o legado tangível dos grandes eventos sob a jurisdição do EB.

Uma limitação do estudo foi que não foram feitas análises estatísticas descritivas nem inferenciais, todavia, considera-se que a relevância do estudo permanece considerando-se que os resultados da presente investigação podem significar um ponto de partida para futuros estudos no tema.

Conclusão

O presente estudo buscou identificar a motivação e qual o retorno esperado do envolvimento das Forças Armadas nos grandes eventos esportivos que tiveram lugar entre 2011 e 2016, particularmente o EB e apresentar as ações para o gerenciamento do legado desses eventos e apresentar dados de gestão registrados dos anos 2017 até 2021. A taxa de utilização das instalações foi, em média, de 75%. Considerada elevada.

A complexidade inerente à realização dos grandes eventos esportivos que tiveram lugar no Brasil desde 2011 resultou em um legado material e imaterial para a nação e para o EB, o que de pronto caracterizou um desafio pós-jogos para a execução de uma gestão eficiente das instalações e dos grandiosos complexos esportivos destinados a competições de nível internacional. A administração eficiente de tais instalações trata-se de resposta à sociedade, em função da vultosa gama de recursos destinados para esse fim. Nesse sentido, foram identificadas e analisadas as diretrizes, ações, planos e normas estabelecidos no âmbito do

Exército, que determinaram a sua participação naqueles eventos e a consequente administração do legado recebido, que permaneceu sob sua responsabilidade, verificando sua eficiência e eficácia ao longo do tempo. A gestão do legado no pós-JO foi preconizada sob um modelo de gestão compartilhada e de parâmetros envolvidos em sua utilização. O custeio e manutenção das instalações olímpicas em área militar, foram delineados sob um modelo autossustentável, isto é, sem ônus para a Instituição, condição estabelecida pela Força.

As instalações do legado em área militar, gerenciadas pelo Exército, apresentaram um elevado grau de qualidade e eficiência em sua gestão, com uma variada gama de atividades desenvolvidas e demonstram sua vocação para a excelência esportiva, com um potencial de crescimento e ampliação, desde o alto rendimento até a iniciação esportiva e projetos sociais.

Outros estudos devem ser conduzidos, que contemplem análises descritivas e inferenciais para melhor esclarecer as questões relacionadas à gestão do legado tanto no EB quanto sob outras jurisdições.

Agradecimentos

Agradecimentos ao Comandante do Destacamento Desportivo da Vila Militar, Cel Marcelo Colletes e ao Cel Paulo Roberto Barros, Gerente da Arena Cel Wenceslau Malta, pelo apoio na coleta dos dados de utilização das instalações do legado.

Declaração de conflito de interesses

Não há nenhum conflito de interesses em relação ao presente estudo.

Declaração de financiamento

Não houve financiamento recebido para a pesquisa.

Referências

1. Brasil. Ministério da Defesa. *A Participação do Exército na Segurança dos Grandes Eventos, O Legado. Julho de 2007 a setembro de 2016*. Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Comando de Operações Terrestres, Grandes Eventos. 1ª Ed., 2018. 181 p. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/1/1130>. Acessado em: 10/12/2021.

2. International Olympic Committee. *Report of the 2016 IOC Evaluation Commission, 2007*. [Online] Disponível em: https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/IOC/Olympic_Games/Olympic_Games_Candidature_Process/Past_Candidature_Processes/2016_Host_City_Election/EN_2016_Evaluation_Commission_report.pdf, pp. 45-62. Acessado em 10/12/2021.
3. Visacro, A. Brazilian Organization for Combating Terrorism during the Rio 2016 Olympic Games and Paralympic Games. *Military Review*, September-October 2017, pp. 94-104.
4. Brasil. *Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12593.htm. Acesso em 25/08/2020.
5. Brasil. *Sistema Integrado de Planejamento e Gestão (SIOP)*. Sistema Integrado de Planejamento e Gestão (SIOP). Disponível em: https://www1.siop.planejamento.gov.br/siopdoc/doku.php/aceso_publico:dados_abertos [Accessed 10th December 2021].
6. Creswell, J. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos*. Porto Alegre: Artmed, 2007. 2ª edição. 264 p.
7. Nobrega, L. F. M., Cirilo, S. & Mataruna-dos-Santos, L. J. Managing the legacy of the Military World Games Rio 2011: Benchmarking of mega events. 8th International Sport Business Symposium Abstracts. *Legacy Papers*. Rio de Janeiro, 2016: 55-57. [Online]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303824028_Managing_the_legacy_of_the_Military_World_Games_Rio_2011_Benchmarking_of_mega_events. Acessado em 26/08/2020.
8. International Olympic Committee. *Legacy Strategic Approach: Moving Forward Executive Summary*. 2017. International Olympic Committee (IOC) [Online] https://www.olympic.org/~media/Document%20Library/OlympicOrg/Documents/Olympic-Legacy/IOC_Legacy_Strategy_Full_version.pdf?la=en. Acessado em 20/08/2020.
9. Brasil. Ministério da Defesa. Comando do Exército. Diretriz do Comandante do Exército de 2019. Exército Brasileiro. Brasília – DF. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/documents/10138/9474894/DIRETRIZ+DO+COMANDANTE+DO+EX%C3%89RCITO+2019+OTIMIZADO.pdf/eca42421-8af4-ddfa-e94a-0572f280c37b>. Acessado em: 13/12/2021.
10. Toledo RM, Grix J, Bega MTS. Megaeventos esportivos e seus legados: uma análise dos efeitos institucionais da eleição do Brasil como país-sede. *Revista de Sociologia e Política*. 2015;23: 21–44. <https://doi.org/10.1590/1678-987315235602>.
11. Bouckaert G, Peters B G, Verhoest, K. *The Coordination of Public Sector Organizations: Shifting Patterns of Public Management*. 2010a ed. Houndmills, Basingstoke, Hampshire; New York, NY: Palgrave MacMillan; 2010.
12. Brasil. Ministério da Justiça. Ministério da Defesa. Ministério do Esporte. *Planejamento Estratégico de Segurança Pública e de Defesa para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014*. República Federativa do Brasil, fevereiro 2013. [Online] Disponível em: <https://docplayer.com.br/8821138-Planejamento-estrategico-de-seguranca-publica-e-de-defesa-para-a-copa-do-mundo-fifa-brasil-2014-fevereiro-de2013-o-brasil-inteiro-jogando-junto.html>. Acesso em 25/08/2020.
13. Brasil. *Relatório de Gestão do Exercício de 2014*. Ministério da Justiça. Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos. Brasília, 2015. [Online] Disponível em: https://www.justica.gov.br/Acesso/auditorias/arquivos_auditoria/secretaria-de-grandes-eventos-seges/relatoriogestao-2014-sesge.pdf. Acesso em 25/08/2020.
14. Brasil. *Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011*. Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica - APO. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12396.htm. Acessada em; 13/12/2021.
15. Brasil, Exército Brasileiro. *Portaria Nº 233-EME, de 21 de junho de 2016*. Aprova o Corpo do Plano de Gestão do Legado dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 (JO 2016), e o respectivo Anexo “A” –

Cronograma de Atividades, para o Exército Brasileiro. Separata ao Boletim do Exército Nº 25/2016. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/-/legado-dos-jogos-olimpicos-e-paralimpicos-rio-2016>. Acessado em: 13/12/2021.

16. Brasil. *Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011. Estabelece normas para execução do disposto no Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 127/MP/MF/CGU, de 29 de maio de 2008 e dá outras providências.* Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=36800&visao=anotado>. Acessado em: 13/12/2021.
17. Weber M. *The Protestant ethic and the spirit of capitalism*. New York, NY: Dover Publications; 1958.
18. Secchi L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. *Revista de Administração Pública*. 2009;43: 347–369. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000200004>.
19. Brasil. *Exército Brasileiro. Missão e Visão de Futuro. 2020.* [Online] Disponível em: <http://www.eb.mil.br/missao-e-visao-de-futuro#:~:text=%E2%80%93Contribuir%20para%20a%20garantia%20da,em%20permanente%20estado%20de%20prontid%C3%A3o>. Acessado em: 27/08/2020.